

Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos*

Suzana Pasternak Taschner

Introdução

A reconstituição histórica das diferentes formas de habitar tem sido objeto de estudo entre pesquisadores brasileiros. Mas, no caso específico de São Paulo, uma lacuna permanece, e diz respeito ao aparecimento e à difusão, pelo espaço da cidade, de uma forma de morar presente em todo o país e cuja denominação passou a integrar até mesmo o vocabulário acadêmico internacional: a favela.

Em São Paulo, julga-se que as primeiras favelas apareceram na década de 40. O *Diário de São Paulo* (1/10/1950) relata uma pesquisa feita pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo (hoje extinta) sobre a favela do Oratório, na Mooca, zona leste de São Paulo. Ali moravam 245 pessoas em moradias de tábuas, com apenas 6 vasos sanitários para uso de todos. Também no mesmo ano encontrou-se referência à favela da Rua Guaicurus, na Lapa (zona central) com 230 domicílios e 926 pessoas. No *Diário de São Paulo* de 6/8/1950, um artigo sobre a favela do Ibirapuera (27 domicílios, 144 pessoas) já comentava que os moradores desse assentamento eram pessoas pobres e não vadios e malfeitores, fortalecendo uma evidência empírica retomada na década de 70. Datam também da década de 40 a favela Ordem e Progresso, na Barra Funda, zona central do município (hoje erradicada), a favela do Vergueiro, na zona sul (também erradicada) e a de Vila Prudente, na zona leste, ainda existente. “Em 1957 apurava-se na capital de São Paulo um total de 141 núcleos com 8.488 barracos e cerca de 50.000 favelados” (Finep/GAP, 1985, p. 66, relatando convênio Casmu com a Confederação das Famílias Cristãs para a solução das favelas).

Embora presente desde há muito, o fen meno favela, em São Paulo, só vai se desenvolver em larga escala nos anos 70. A montagem de um Cadastro de Favelas, na Secretária do Bem-Estar Social, em 1973, permitiu uma mensura o bastante exata do número de favelas e domicílios. Nas moradias, aplicou-se um formulário abrangente, numa amostra ampla, sobre caracteriza o domiciliar e populacional. Através do dado “pessoas por unidade domiciliar” foi estimado o número da popula o favelada total. Em 1973/1974 a popula o favelada paulistana n  alcançava 72 mil pessoas (71.840), cerca de 1,1 % da popula o municipal.

Em 1975 foi feita uma atualiza o do cadastro de 1973/1974, com nova contagem de favelas e domicílios favelados, possibilitada por v o de helicóptero. Não se fez nova pesquisa de campo amostral, considerando que o número de pessoas por unidade domiciliar se mantinha. A popula o favelada crescera para 117.237 pessoas, representando 1,6% da popula o do município.

Em 1980, registros da Eletropaulo (dezembro de 1985), com taxa de subenumera o estimada em 5%, segundo seus técnicos, e dados da pesquisa de campo IPT-Fupam (Taschner, 1982) mostraram que a popula o favelada do município já alcançara 439.721 pessoas, 5,2% da popula o total do município. Em 1980, pela primeira vez para São Paulo, o Censo Demográfico (IBGE) contou a popula o favelada. O número publicado na Sinopse Preliminar n  confere com a estimativa Eletropaulo-IPT. Pelo Censo de 1980, a Região Metropolitana de São Paulo tinha 476.221 favelados, dos quais 335.344 no município. A diferença entre os dados censitários e aqueles utilizados pela Prefeitura e pela academia já era considerável, de mais de 100 mil pessoas. Introduzindo-se uma corre o para os dados censitários (ver item “Problemas relativos ao conceito utilizado”) e lembrando que cerca de 22% da popula o favelada vivia em aglomerados de menos de 51 unidades, a popula o favelada (IBGE, corrigida) alcançaria 409.120 pessoas, bastante próxima da estimativa de 439.721, da pesquisa de 1980 (diferença de 30.601, cerca de 7%).

Um novo Censo de Favelas, em 1987, realizado pela Prefeitura Municipal, usando metodologia semelhante   do Cadastro de 1973/1974, encontrou o total de 812.764 moradores de favela no município (8,9% da popula o municipal) em mais de 150 mil domicílios. Tanto os formulários utilizados na pesquisa de campo amostral como a metodologia e as defini es utilizadas em 1987 foram compatíveis com as utilizadas em 1973, 1975 e 1980. Os resultados, dessa forma, são comparáveis.

Em 1991, dados do Censo Demográfico apontam 629 favelas, com 146.892 domicílios e 711.032 pessoas. De acordo com a Prefeitura Municipal, em 1992 a cidade teria 1.071 milhão de habitantes (11,3% da popula o municipal) em 1.085 assentamentos. Entre 1987 e 1992 teriam se formado 236 novos aglomerados e 36 foram removidos.

Em 1993, nova pesquisa abrangente sobre as favelas do município foi feita pela Fipe, encomendada pela Prefeitura Municipal. Como resultado, computaram-se 1,9 milhão

de favelados (19,8% da população municipal). A pesquisa Fipe utilizou metodologia distinta das anteriores, embora seus formulários de pesquisa contenham questões comparáveis com as dos Censos de 1973/1974 e 1987. Como ponto de partida, utilizou o cadastro de pesquisa de 1987, e o conceito de favela foi utilizado desde 1973. Foi desenhada uma amostra em dois estágios, com as favelas estratificadas por tamanho e Administração Regional. Os resultados, posteriormente, foram agregados para obtenção do total para a cidade de São Paulo. A pesquisa amostral foi efetuada em 3.704 domicílios, distribuídos em 163 favelas, com 18.599 pessoas.

A pesquisa Fipe-Sehab, ao basear-se na relação de favelas de 1987, mediu apenas o adensamento, deixando de lado as novas favelas. O erro total não deveria ser grande, pois novas favelas costumam ser pequenas – estimou-se seu tamanho médio em 15 domicílios, com 76 pessoas. Entretanto, é justamente nas novas favelas que se encontram as situações de maior precariedade e maior risco ambiental.

Percebe-se que as informações das pesquisas da Prefeitura Municipal e as dos Censos Demográficos não são coincidentes. Os bastidores das pesquisas municipais foram, de certa forma, explicitados. Convém desvendar os meandros das pesquisas censitárias, suas implicações técnicas, teóricas e metodológicas.

Censos de favela: conceitos, variáveis e problemas

Problemas relativos ao conceito utilizado

O censo, como fonte institucional de dados, responde a questões práticas e analíticas relevantes e prioritárias para o Estado. Dentro desse quadro é que vou analisar de forma mais detalhada as questões conceituais, a forma de coleta e o potencial dos dados recolhidos para estudo do tema favela.

Em 1950, o IBGE decidiu, pela primeira vez, incluir a favela na contagem de população (Guimarães, 1953, apud Preteceille e Valladares, 2000). Na publicação pra São Paulo, entretanto, dados específicos apareceram apenas em 1980. Segundo Guimarães, “a conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:

- *Proporções mínimas* – agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinquenta;
- *Tipo de habitação* – predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas, zincadas ou materiais similares;
- *Condição jurídica da ocupação* – construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou propriedade desconhecida;

- *Melhoramentos públicos* – ausência, no todo ou parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- *Urbaniza o* –  rea não urbanizada, com falta de arruamento, numera o ou emplacamento”.

Entre os critérios utilizados, quatro referem-se aos aspectos físicos: tipo de habita o, tamanho do assentamento, melhoramentos públicos e urbaniza o. Um aspecto – o critério em comum com as defini es de outros trabalhos paulistanos – refere-se ao estatuto jurídico: ocupa o ilegal da terra. O IBGE, desde então, continua basicamente utilizando a mesma defini o para o que denomina “aglomerado sub-normal”, ou seja, a favela.

A habita o das camadas populares no Brasil pode ser categorizada em algumas alternativas fundamentais, conforme o estatuto jurídico da terra (invadida ou comercializada) e a densidade do habitat (individual ou coletivo).

Alternativas habitacionais

Habitat	Terreno	
	Invadido	Comercializado
Individual	Favela Invasões coletivas	“periferia” produ�o direta e/ou loca�o
Coletivo	Invasão de unidades acabadas ou em constru�o	Cortiços Conjuntos de interesse social Apartamentos <i>kitchenette</i>

Sumarizando, há unidades do chamado “mercado ilegal” (invasões em terrenos públicos e/ou particulares e em constru o) e do “mercado legal”, tanto público (conjuntos populares de casas ou apartamentos) como privado (unidades na chamada periferia, ocupadas por donos ou por locatários) e habita es coletivas, nas suas diversas modalidades. Diversos autores acrescentaram a essas alternativas os pequenos apartamentos congestionados, independentemente da condi o de propriedade (Velho, 1975; Suttles, 1971). Hoje os sem-teto estão espalhados por todo o tecido urbano. Não contam, entretanto, como alternativa habitacional, já que são o exemplo de sua falta.

Como afirmam Leeds e Leeds (1978, p.152), o “ nico critério uniforme que distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia se aplicam apenas parcialmente. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, geralmente, as invasões se d o gradualmente, sem traçado planejado. As invasões coletivas de terra existem, mas são a minoria. Em São Paulo, as invasões coletivas datam de 1982, sendo raras até hoje. Lima, no Peru, entretanto,   notável pelo numero de *barriadas* oriundas de movimentos coletivos de ocupa o de terras e com traçado físico regular. Em rela o ao material de constru o predominante,

as moradias das favelas da cidade de São Paulo, antes barracos de madeira e zinco, são hoje predominantemente de alvenaria: 51% em 1987; 75% delas em 1993. Grande parte das favelas paulistanas apresenta alguns melhoramentos públicos, como luz (82,2% das moradias), água potável (71% das moradias), coleta de lixo e mesmo esgoto.

Assim, a variável mais adequada à definição de favela é o estatuto jurídico da terra. Tanto as definições das pesquisas da Prefeitura Municipal (1973, 1975, 1987 e 1993), como a de 1980 do IPT-Fupam consideram favela “todo o conjunto de unidades domiciliares constituídas de madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam”¹. O IBGE também enfatiza os mesmos aspectos, apenas agregando à variável “terreno invadido” o tamanho do aglomerado. Para o IBGE, desde 1950 – e isso foi enfatizado nos Censos de 1980 e 1991 e na Contagem de População de 1996 –, favela é *um setor especial do aglomerado urbano formada por pelo menos 50 domicílios, na sua maioria carentes de infra-estrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores*. Para as pesquisas de 1973, 1975, 1980, 1987 e 1993, definiu-se como favela quando havia no mínimo 2 unidades habitacionais com as características acima mencionadas. Ficaram excluídos domicílios isolados e acampamentos.

O critério de computar apenas aglomerados com 50 unidades e mais explica, parcialmente, a subestimativa da população favelada pelos Censos. Em 1987, em São Paulo, 21,93% da população favelada morava em assentamentos de menos de 51 unidades domiciliares. A pesquisa de 93 mostra que as favelas pequenas, de 2 a 50 domicílios, agrupavam 21,2% das casas. As grandes favelas, com mais de 1.000 unidades habitacionais, serviam de local para apenas 12,9% dos domicílios favelados. A moda estatística em relação ao tamanho das favelas em São Paulo era representada por assentamentos entre 51 e 400 casas (51,1% das casas faveladas).

O tamanho dos aglomerados depende diretamente da topografia da cidade e do tipo de terreno disponível para invasão. Em São Paulo, as favelas geralmente ocupam terras de uso comum de loteamentos, glebas pequenas, quando comparadas com as do Rio de Janeiro, onde as favelas galgam os morros, ou Salvador, onde invadem o mar. Dessa forma, a subestimação em São Paulo tende a ser maior do que no Rio, onde, já em 1969, 62,7% das favelas tinham mais de 100 domicílios, sendo que 6,4%, mais de 1.500 (Parisse, 1969).

A última estimativa da população favelada paulistana foi feita pela Fipe, em 1993, e fornece um total de 1.901.894 pessoas. Essa estimativa, em princípio, deveria conter uma subestimação, uma vez que a pesquisa Fipe baseou-se no Cadastro de Favelas de 1987, não computando favelas novas. Para os estudiosos do assunto, entretanto, o número surpreendeu, já que não se imaginava 20% da população municipal em favelas. Acreditou-se, numa primeira impressão, em um superdimensionamento do fenômeno. Um dos possíveis fatores de superestimação foi contornado: como a pesquisa Fipe foi realizada por meio

de recontagem de assentamentos sorteados na base 87, em amostragem estratificada por tamanho o assentamento e Administração Regional, poder-se-ia, em princípio, em favelas próximas, contar casas de uma das favelas como sendo aumento de outra, e, portanto, superestimar o incremento domiciliar. Isso foi verificado e expurgado. Tanto o poder municipal como os meios acad micos têm aceitado a estimativa Fipe como verdadeira.

Retroprojetando essa estimativa para 1991, data do Censo, obt m-se uma população favelada, para 1991, de 1.424.112 pessoas. A população favelada, para o IBGE, em 1991, foi de 711.032 pessoas, em 146.891 domicílios. Supondo que 21,93% da população favelada em assentamentos pequenos não tenha sido computada, a população favelada (IBGE) seria de 866.961 pessoas em 1991, em São Paulo. A diferença entre a estimativa Fipe e a do IBGE chega a mais de 500 favelados, quase 40% em relação   estimativa Fipe. Como pode ser visto, o diferencial entre os números do IBGE e os da Prefeitura Municipal aumentou bastante: era de cerca de 7% e subiu para 40%.

Os dados censitários para as favelas têm sido objeto de controvérsia. No Censo de 1980, os resultados foram fruto de tabulação especial da variável situação, que categorizava cidade ou vila, área urbana isolada, aglomerado rural e zona rural. A publicação hoje disponível, com dados de favela de 1980,   a Sinopse Preliminar, com listagem das favelas por nome, número de domicílios e número de pessoas, em cada município. Pelo Censo de 1980 não   possível separar domicílios totalmente próprios daqueles com apenas a construção própria. No item "condição de ocupação" existem as categorias *próprio*, *pago* e em *aquisição*, *alugado*, *cedido* (por empregador ou particular) e *outro*. Em relação aos domicílios rústicos, o Censo de 1980, no boletim da amostra, caracteriza paredes, piso e cobertura.

Já o Censo de 1991 e a Contagem de 1996 apresentam a variável localização (variável 0202), com as categorias casa ou apartamento isolado ou em condomínio, em conjunto popular e em aglomerado subnormal. Outra variável permite também identificar a favela, a variável setor (variável 1061). Em princípio, deveria existir coincidência total entre as duas apurações. Na contagem de 1996, a diferença entre as apurações por essas 2 entradas foi mínima: apenas 491 domicílios, sendo que a variável 1061, setor, fornecia 177.141 domicílios em favela e a variável 0202, localização, 176.650 casas em aglomerado subnormal. As diferenças se davam em apenas 3 distritos – Bom Retiro, Cachoeirinha e Ja an .

Para o município do Rio de Janeiro, entretanto, em 1991, entre 236.354 unidades habitacionais em aglomerados subnormais, verificaram-se 16.147 domicílios não favela (6,83% do total de aglomerados subnormais e 1% do total de unidades domiciliares) (Preteceille e Valladares, 2000). Como variável-controle, a referente   condição de ocupação poderia auxiliar, dado que, nas unidades faveladas, apenas a construção   própria, nunca o terreno. Para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entretanto, tanto nos setores favela como nos não favela surgiu a categoria "s  construção própria". Entre

as casas da favela, em que se espera que todas as unidades tivessem propriedade da terra irregular, computaram-se 86 mil moradias com terreno próprio. E entre as unidades não favela surgiram quase 150 mil que declararam apenas a construção própria (cerca de 9% do total de moradias) (Preteceille e Valladares, 2000, p. 389).

No município de São Paulo, em 1991, o número de domicílios com apenas a construção própria alcançava 176.774, o que representava 7,27% do total. Para o mesmo ano, pela mesma fonte, o total de casas em aglomerados subnormais foi de 146.891. Existem, de forma paradoxal, unidades domiciliares (29.883) em que só a construção seria própria – definição de favela – e que não estão em favela. É claro que podem existir unidades em terrenos cedidos e/ou alugados, mas parece improvável a existência de quase 30 mil casas em tais terrenos, sabendo que o aluguel ou cessão de terras é pouco comum para habitação na cidade.

Esse paradoxo – na favela pode haver casas próprias, alugadas ou cedidas, mas sempre em terrenos ocupados irregularmente, e além disso seria difícil encontrar, na cidade de São Paulo, quase 30 mil unidades habitacionais (não favela) em terrenos alugados ou cedidos – indica o pouco que conhecemos do fenômeno. Preteceille e Valladares (2000, p. 390) comentam que os dados cariocas “podem também estar revelando a tendência, já em curso há algum tempo, de regularização da ocupação em tais áreas”. Isso explicaria, no Rio de Janeiro, a presença de mais de 86 mil famílias proprietárias do terreno em aglomerados subnormais, ou seja, e favela, onde, teoricamente, todas as unidades teriam condição de propriedade do terreno irregular. Seriam moradias em lotes ocupados inicialmente por invasão e posteriormente legalizados.

Problemas relativos ao processo de coleta

Como já foi dito, o IBGE considera aglomerado subnormal “um setor censitário quando nele quando nele existem cinqüenta ou mais casas faveladas contíguas” (Guimarães, 200, p. 353). Caso um aglomerado possua 20 casas num setor e 40 em outro setor, esses setores não são considerados favelas, o que vai subestimar a realidade. Por outro lado, existindo 51 moradias faveladas, todo o setor será considerado como aglomerado subnormal, mesmo que nele existam casas não faveladas.

Assim, o processo de coleta censitário pode levar a distorções da realidade. Percebe-se que tanto o conceito como o processo de coleta de dados incorporam problemas que tornam o resultado censitário sujeito a críticas.

Contudo, a pesquisa de 1987 foi realizada com amostragem pequena, confiança de 90% e erro de 0,08. O número total de moradias amostradas foi de 1.600, estratificadas por Administração Regional. A contagem de assentamentos e domicílios deve estar correta. Mas a pesquisa de 1993 foi montada numa base de dados com

certa desatualização, e sua amostragem, embora envolvendo 18.599 pessoas e 3.704 domicílios, investigou apenas 163 favelas. O total estimado para São Paulo   mais de 1.500 aglomerados favelados. Pode estar havendo alguma distorção.

Em Belo Horizonte, Guimarães (2000) coordenou um levantamento dos setores censitários favelados, cotejando-os com informações dos mapas da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel). A partir da identificação dos setores censitários ocupados por favelas, foi feito um cálculo do percentual de ocupação da mancha de favelas no setor e os dados foram sistematizados e corrigidos. Isso não foi feito para São Paulo.

Entretanto, mesmo sabendo do possível erro embutido na quantificação de favelas e favelados nos Censos Demográficos, sua utilização para caracterização de aspectos da moradia e da população   preciosa. E a análise comparativa entre alguns resultados do Censo de 1991, da pesquisa Fipe e da contagem de 1996 mostram que, apesar das conceituação e metodologia, falam da mesma coisa. A sensibilidade dos técnicos envolvidos com o fen meno indica que deve haver uma superestimação nos dados da Fipe e uma subestimação nas informações do IBGE. A pesquisa sobre as condições de vida da população metropolitana (PCV-1998, F. Seade) fornece um percentual de 6,2% da população metropolitana em barracos isolados e em favela em 1994 e 9,1% em 1998.

Principais resultados censitários

Dimensão e especialização do fen meno

Embora os dados censitários sejam considerados subestimados para o dimensionamento das favelas em São Paulo, constituem importante parâmetro, tanto para a mensuração das taxas de incremento da população favelada, como para análise das características da moradia e da população favelada.

Em 1980, a publicação fornece apenas os nomes das favelas e seu total populacional; já em 1991 e 1996 os resultados podem ser especializados e algumas especificações populacionais mostradas. Neste *paper*, não farei comparações com resultados da Fipe. A espacialização, para 1991 e 1996, acompanhar  a divisão da cidade por anéis, tal como foi exposto no trabalho "A cidade dos anéis" (Taschner e B gus, 2000).

Tabela 1 – Município de São Paulo: população Favelada

Ano	População favelada
1980	335.344
1991	711.032
1996	747.322

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Tabela 2 – Município de São Paulo: taxas de crescimento anuais para a população total e a população Favelada, 1991-1996, por anel, em %

Anel	População total	População favelada
Central	-2,79	0
Interior	-2,43	-12,24
Intermediário	-1,44	-3,11
Exterior	-0,51	-1,32
Periférico	2,48	3,06
Total	0,40	1,00

Fonte: FUBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996.

A taxa de crescimento da população favelada, entre 1980 e 1991, foi de 7,07% anuais, bem maior que a taxa de crescimento da população municipal no mesmo período (1,16% anuais). Embora os dados censitários forneçam números bem, inferiores aos da Fipe/Sehab (quase 2 milhões de pessoas em favelas em 1993), mostram um crescimento significativo dos favelados no período. Isso parece ser um consenso entre os estudiosos do tema – foi nessa década que os favelados se espalharam no tecido urbano e se adensaram.

Entre 1991 e 1996, a população favelada paulistana continuou a crescer mais que a população como um todo: 1% ao ano, enquanto que a total aumentou a apenas uma taxa de 0,4% anuais. E, assim como para o município, o crescimento da população favelada foi estritamente periférico. Pela Tabela 3 percebe-se que a taxa de incremento da população favelada é positiva e bastante alta apenas no anel periférico.

Assim como o crescimento dos domicílios do município como um todo é nitidamente periférico, os domicílios das favelas também crescem mais abundantemente no anel periférico, conforme a Tabela 2. É interessante notar que, embora as taxas de crescimento dos domicílios totais sejam positivas nos anéis central, interior e intermediário, as respectivas taxas de crescimento populacional são negativas (Tabela 3), apontando para a hipótese de que o número de pessoas por moradia deve estar diminuindo muito na área

Tabela 3 – Município de São Paulo: taxas de crescimento anual para os domicílios totais e Favelados, 1991-1996, por anel, em %

Anel	Domicílios totais	Domicílios favelados
Central	0,72	0,00
Interior	0,92	-10,44
Intermediário	1,06	-0,76
Exterior	1,72	1,32
Periférico	4,78	6,05
Total	2,67	3,79

Fonte: FUBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996.

Tabela 4 – Município de São Paulo: propor o de domicílios Favelados, por anel, 1991-1996

Anel	Propor�o 1991	Propor�o 1996
Central	0,05	0,00
Interior	0,62	0,34
Intermediário	4,17	3,81
Exterior	5,82	5,71
Periférico	9,15	9,73
Total	6,03	6,37

Fonte: FUBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem Populacional de 1996.

central da cidade. Para o total do município, a densidade domiciliar passou de 3,9, em 1991, para 3,5, em 1996.

O numero de domicílios do município que era de 2.435.346, em 1991, aumentou para 2.778.558, em 1996, um aumento portanto, de 343.212, pouco menos que o dobro do incremento populacional nestes 5 anos, de 192.867 pessoas. O aumento da popula o favelada foi de 36.290 pessoas, ligeiramente maior que o de casas faveladas (30.013). Esse aumento de unidades domiciliares deu-se, sobretudo, no anel periférico, com incremento de quase 28 mil moradias. No anel exterior, o aumento foi de 3.227 domicílios, enquanto nos 3 anéis centrais contatou-se uma perda de mais de 1.200 casas em favelas.

Existem distritos paulistanos onde mais de 40% da popula o   favelada, como Vila Andrade, na zona sul – em 1991, tinha 42.735 da sua popula o morando em favelas, percentual que aumentou, em 1996, para 45,69%. Tanto em 1991 como em 1996, Vila Andrade, na zona sul, Jaguar , na zona oeste e Pedreira, têm também na zona sul, eram os que apresentavam maior percentual de popula o favelada. Muitos distritos da parte sul do tecido urbano paulistano têm cerca de 20% da popula o morando em favelas, como Cidade Dutra (20,04% em 1991 e 21,22% em 1996); Jardim São Luís (19,62% em 1991 e 21,01% em 1996); Capão Redondo (20,78% em 1991 e 18,65% em 1996); Grajaú (18,95% em 1991 e 19,50% em 1996); Jardim Ângela (18,24% em 1991 e 15,75% em 1996). Na zona norte, Brasilândia e Cachoeirinha têm muitos favelados (15,50% e 15,35% em 1991 e 16,60% e 16,57% em 1996). Na zona leste, Sapopemba (10,71% em 1991 e 9,31% em 1996) lidera o *ranking*. Deve-se notar que, na zona leste, a maior parte dos distritos dos anéis exterior e periférico apresenta popula o favelada, mas com propor o menor que na zona sul. Os mapas anexos mostram setores censitários com favelas em 1991 e a propor o de domicílios favelados por distrito de 1991 e 1996.

O que se percebe   que tanto a localiza o como o crescimento da popula o favelada se d , fundamentalmente, em zonas de preserva o ambiental, tanto em zona de mananciais como na região montanhosa ao norte de São Paulo, o que configurava sério problema de saúde publica e do meio ambiente.

Perfil populacional

Tanto em 1991 como em 1996, a proporção de mulheres era ligeiramente superior à de homens favelados (50,23% em 1991 e 50,33% em 1996). Essa é uma característica populacional da cidade como um todo, mais marcada ainda que entre a população favelada. Em 1996, 52% da população municipal era de mulheres. Na população total, a razão de masculinidade afasta-se mais de 50% quanto mais central for o anel estudado dentro do tecido urbano: assim, nos anéis central e inferior aproxima-se de 55%, no anel intermediário era de 53% e nos exterior e periférico, de 51%. A essa variação por sexo deve estar associada a variabilidade espacial em relação a renda, escolaridade e categoria socioocupacional (conforme definida pelos projetos Pronex, em Queiroz Ribeiro, 2000). Como a expectativa de vida é maior para o sexo feminino, e isso acentua-se nas camadas mais ricas, em que estão as classes mais favorecidas, há presença maior de mulheres em grupos etários mais altos.

É interessante notar que a diferenciação por anel não ocorre na população favelada, nem em 1991 nem em 1996. Como isso se repete para outras variáveis, a hipótese da invariabilidade da população favelada por anel deve ser verdadeira. Em relação às categorias socioocupacionais, por exemplo, a análise fatorial, como os 2.103 setores censitários favelados da área metropolitana de São Paulo (13,64% dos 15.422 setores censitários da Grande São Paulo em 1991), apontou homogeneidade da tipologia socioocupacional: as categorias presentes em todos os setores favelados formam os proletários secundário e terciário e o subproletariado, numa proporção semelhante.

Para o município como um todo, continuava nítida, em 1996, a proporção diferenciada de jovens e velhos por anel, com maior peso da população entre 0 e 15 anos no anel periférico, onde chega a alcançar 30% em 1996, contra 15,06% no anel central. Inversamente, a proporção de pessoas com 60 anos e mais é pequena na periferia (4,99%), subindo nos anéis interior (16,84%) e central (14,85%). Na população favelada, tanto em 1991 como em 1996, vai existir quantidade maior de jovens em relação à população como um todo, mas de forma indiferenciada por anel. A proporção de pessoas entre 0 e 15 anos nas favelas foi de 41% em 1991 e 37% em 1996.

Em relação à cor, para o município como um todo, a proporções de pretos e pardos, em 1991, era de 29,28%, sendo que a proporção de não brancos aumentava em direção à periferia. Na população favelada, 53% se compõe de pretos e pardos, de forma indiferenciada entre os anéis. A associação cor/pobreza é nítida em São Paulo, mostrando-se espacialmente na concentração de não brancos nas zonas menos favorecidas: favelas e periferias.

Embora a Organização Mundial de Saúde estime em 10% o percentual de deficientes de uma população, os dados do Censo Demográfico de 1991 mensuraram 98,43% de pessoas sem nenhuma deficiência nas favelas paulistanas. Mesmo assim,

existem quase 12 mil seres humanos com alguma deficiência morando nas condi es precaríssimas da favela. Entre os deficientes, há uma maioria (2,382 ou 20,23%) de deficientes mentais. O dado de deficiência física e/ou mental teve maioria de respostas “deficiência ignorada” na favela (mais de 5.500 casos), o que prejudica sua análise. Entre a subpopula o dos chefes, o percentual de deficientes era de 1,29%; para os chefes favelados, 1,24%. Ou seja, não havia diferença entre a popula o total e favelada.

Entre os 711.032 favelados computados pelo Censo Demográfico de 1991, em São Paulo, 349.467 (apenas 50%) são migrantes. Desses migrantes, 27% estão no município há menos de 5 anos. Apenas 81 mil favelados chegaram a São Paulo após setembro de 1986 (11,38% do total). Em 1996, o fluxo migratório   ainda menos representativo nas favelas municipais: 8,56% da popula o favelada não residia no município em setembro de 1991. Observa-se que o percentual de migrantes   maior na popula o favelada do que na popula o total, na qual, em 1996, atingia 5,08%. Mesmo assim, não se compõe apenas de uma migra o recente: 56,2% dos migrantes favelados em 1991 estavam no município há mais de 10 anos. Entre os chefes, o tempo de permanência na capital   maior: apenas 17,18% estavam em São Paulo há menos de 10 anos. Surpreende o fato que entre a popula o favelada há menos de 10 anos no município em 1991 (153.022 pessoas, 21,52% da popula o favelada), 60.171 (quase 40%) seja oriunda de zona rural.

A principal região de origem   o Nordeste, de onde vieram 71,66% dos favelados não naturais do município. Em 1991 computaram-se alguns poucos favelados europeus (da Itália e Portugal), da América Latina (Paraguai e Bolívia) e mesmo alguns s rios (em Sapopemba) e japoneses. Entre estrangeiros e naturalizados, existiam 340 favelados. O perfil da origem (naturalidade) reflete-se na procedência: 73,75% da popula o há menos de 10 anos em São Paulo veio do Nordeste. Não se observou diferencia o na procedência dos favelados por anel. Em 1996, a predominância nordestina entre os migrantes favelados se mant m: 69,36% são oriundos do Nordeste; para a popula o como um todo, esse percentual desce para 53,42%. O perfil de procedência   distinto entre os favelados e o os migrantes como um todo: o percentual de nordestinos   menor na popula o total, mas o de procedentes do Sudeste e do Sul   maior: (25,64% e 3,94% na popula o total contra 12,15% e 1,50% na popula o favelada, respectivamente). A propor o de procedentes do Centro-Oeste   equivalente e a de estrangeiros, quase zero nos favelados,   de 3% no total da popula o.

Pinceladas no perfil socioecon mico

A popula o favelada   nitidamente menos escolarizada que a do município de São Paulo como um todo. Em 1991, 26% da popula o favelada acima de 5 anos não

sabia ler nem escrever, ou seja, sequer conseguia ler ou escrever um bilhete simples. Para a população municipal, essa porcentagem era bem menor, de 10,55%. Entre os favelados, o percentual de analfabetos era indistinto por anel; já no tecido municipal, o aumento em direção ao anel periférico era nítido, com pouco mais de 5% de analfabetos nos anéis centrais, 7% no intermediário, 10% no exterior e 13,5% no periférico.

Em 1996, 29,94% dos maiores de 5 anos favelados não apresentavam nenhum ano de escolaridade formal. Na outra ponta da meada, apenas 0,54% dos favelados apresentavam 12 e mais anos de escolaridade. Se, no município, a escolaridade variava por anel, sendo maior nos anéis central e interior, entre os favelados a distribuição por local da trama urbana é indiferenciada. Entre os chefes favelados, 12,86% não apresentavam nenhum ano de escolaridade, enquanto que para os chefes como um todo essa porcentagem atingia apenas 5,98%. Entre os chefes, 11,71% dos paulistanos tinham mais de 12 anos de escolaridade formal *versus* 0,30% dos chefes favelados. Percebe-se como forte característica dos favelados, em qualquer local do tecido urbano, a baixa escolaridade e a alta taxa de analfabetismo, quer absoluta, quer comparada com a paulistana.

Quando se caminha pelos meandros de uma favela, um elemento recorrente costuma ser o templo, em geral evangélico. Entre a população local menos politizada e com valores mais estremecidos pela vida metropolitana, aumentou bastante a conversão às novas seitas protestantes, que enfatizam a necessidade de destruir o diabo em rituais de exorcismo. “É o exorcismo, mais do que a adesão a uma ética de conversão, que está em destaque em algumas dessas novas religiões. Por trás dele, a idéia de um mal absoluto que explicaria explosão de criminalidade violenta é a crença mais forte dessa população” (Zaluar, 1998, p. 224). Foi surpresa, assim, que 7,15% da população favelada tenha se declarado sem religião, em 1991, proporção maior do que a de evangélicos pentecostais (6,67%). A maioria se declarou católica: 81,20%.

Outra especificidade da população favelada aparece na renda: entre os favelados acima de 10 anos, 32,23% usufruíam de renda de até 2 salários mínimos mensais em 1991; para a população como um todo, essa porcentagem era de 24,96%. Na população como um todo, quase 7% das pessoas com 10 anos e mais ganhavam mais de 10 salários mínimos mensais; entre os favelados, apenas 0,26% (uns raros 1.314 indivíduos) declararam ter essa renda. Mesmo o percentual dos sem rendimento era mais alto na favela – 45%, e 38% no total do município. Não há diferenciação de rendimentos entre os favelados dos diversos anéis: são todos igualmente pobres. Já na população total, a renda concentra-se nos anéis interior e central, diminuindo à medida que se afasta do centro geográfico: entre os extratos mais altos, com mais de 20 salários mínimos, os percentuais vão baixando do anel interior (7%) aos anéis intermediários (4%), exterior (1,3%) e periférico (0,7%).

A Tabela 5 mostra que a renda média da população favelada que usufruía de algum rendimento era inferior a 2 salários mínimos, sendo inferior no anel central e pouco maior

no anel interior. Isso pode estar sendo influenciado pelo pequeno número de pessoas faveladas com rendimento nesses anéis (115 no anel central e 2.594 no anel interior). Nos outros anéis, a renda média era semelhante. Já na popula o como um todo,   nítida a distin o de renda entre os anéis, sendo a média maior nos anéis interior e central, decrescendo em dire o   periferia. A renda média da popula o favelada era mais de 2 vezes menor que a renda média da popula o em geral.

Em rela o   renda dos chefes, a diferença entre favelados e totais   ainda maior, de quase 4 vezes. Novamente, os rendimentos médios dos chefes paulistanos apresentam certo gradiente, descendo do anel interior para o periférico. Entre os favelados nos anéis mais centrais há uma pobreza extrema; no anel interior, a riqueza do meio  , de algum modo, assimilada pelos chefes favelados; nos outros 3 anéis as m dias estão próximas.

Nota-se, entretanto, a especificidade da pobreza monetária dos favelados. São os mais pobres, em qualquer anel em geral. Os chefes favelados são menos pobres, do anel interior, têm ainda menor renda média do que os chefes paulistanos do anel periférico. Para a popula o como um todo, o fen meno se repete: sempre a renda média na favela   inferior   renda da popula o no local mais pobre, o anel periférico. Contrariamente ao descrito sobre o Rio de Janeiro, onde “as características de renda e de educa o não distinguem as favelas dos demais bairros populares, muito embora as situa es de maior pobreza se encontrem majoritariamente fora da favela” (Preteceille e Valladares, 2000, p. 399), em São Paulo a favela se caracteriza como setor urbano em que se concentram os mais pobres e os com menos escolaridade.

Se, no município, 51% da popula o com mais de 10 anos trabalhou, habitualmente, nos 12 meses que antecederam o Censo Demográfico de 1991, na favela o quadro não se mostrou distinto, com 52% nessa situa o. Para o município como um todo, o percentual de indivíduos sem trabalho habitual crescia em dire o   periferia. Na favela, esse fen meno se repetia com menor intensidade.

Tabela 5 – Município de São Paulo: renda média da popula o e dos chefes da Favela e do município, por anel, 1991, em salários mínimos

Anel	Popula�o		Chefes	
	Favelada	Total	Favelados	Total
Central	0,98	6,43	1,32	11,23
Interior	2,25	7,23	2,83	12,71
Intermediário	2,02	5,77	2,36	10,46
Exterior	1,95	4,11	2,30	6,82
Periférico	1,97	3,34	2,31	6,38
Total	1,97	4,49	2,32	8,41

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991.

O desemprego aparece como um problema mais intenso na favela do que no município como um todo: em 1991, havia 8% da população municipal acima de 10 anos sem ocupação remunerada procurando emprego: esse percentual subia para 12% entre os favelados sem remuneração. Ou seja, em 242.854 pessoas faveladas sem ocupação, havia quase 29 mil procurando emprego. Entre os sem ocupação não procurando emprego, o percentual favelado é também nitidamente maior: 9,63% *versus* 5,26% da população total. Alias, a percentagem de aposentados é superior os desocupados como um todo que entre os desocupados favelados: 12,14% contra 4%, assim como a de pensionistas: 3,87% *versus* 1,32%. As porcentagens de estudantes e afazeres domésticos são equivalentes. Entre os 243 mil favelados sem ocupação remunerada, quase 38% , mais de 90 mil pessoas, dedicavam-se a afazeres domésticos.

Concluindo, na favela, o desempregado parece ser mais candente, tanto entre os que estão procurando emprego como entre os simplesmente desocupados. Os 52 mil favelados que estavam sem ocupação em 1991, procurando ou não emprego, mas que não eram aposentados, nem pensionistas, nem estudantes, nem donas-de-casa, nem viviam de renda, representavam 21,5% do total dos desocupados na favela. Para o município, a proporção dos sem ocupação + os procurando emprego representava 13,3% dos desocupados. Aposentados, pensionistas e pessoas que vivem de renda são mais raros na favela: apenas 2,32% da população favelada total acima de 10 anos era aposentada em 1991, e 1,17% era pensionista. Na população como um todo esses percentuais chegavam a 6,89% e 2,83% respectivamente.

O trabalhador favelado difere do não favelado também quanto à posição na ocupação: apenas 6% da população acima de 10 anos do município como um todo era empregada doméstica, enquanto que entre os favelados o percentagem sobe para 12%. A grande massa populacional paulistana é de empregados do setor privado (62,25%). Na favela, isso é ainda superior: 66,73%. Há pouquíssimos favelados empregadores (0,85% contra 4,94% no município).

Contrariamente à expectativa, o percentual de trabalhadores por conta própria na favela foi bastante próximo (16,15%) ao mesmo percentual no município (15,52%). Na favela, não houve diferença espacial: para o município, o percentual de trabalhadores por conta própria aumentava nitidamente em direção ao anel periférico.

A comparação das categorias socioocupacionais entre os chefes favelados e os chefes totais mostrou, como era esperado, profunda diferença. A proporção de subproletariado nas favelas supera a da população em geral. As elite dirigente e intelectual são praticamente inexistentes na favela. A favela parece ser o *locus* do proletariado secundário e terciário.

Se, na população como um todo, a espacialização das categorias era nítida, com a elite dirigente e intelectual se concentrando no nível interior e o subproletariado no anel periférico, entre os favelados torna-se mais difícil perceber a especificidade das favelas

Tabela 6 – Município de São Paulo: categorias socioocupacionais dos chefes totais e favelados, 1991, em %

Categoria	Chefes totais	Chefes favelados
Ocupa�es agrícolas	0,49	4,02
Elite dirigente	3,04	0,06
Pequena burguesia	8,37	3,18
Elite intelectual	8,08	0,33
Classe média	23,71	7,70
Proletariado terciário	31,72	39,51
Proletariado secundário	19,21	32,21
Subproletariado	5,37	13,01

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991, categorias socioocupacionais Pronex.

dentro da trama urbana. Como já foi dito, a análise fatorial das categorias pelos pelos 2.103 setores censitários favelados da metrópole não apontou nenhuma diferença notável. A propor o de subprolet rios nos 5 anéis variou pouco. Foi maior no anel central, mas o pequeno número de chefes analisado nesse anel – apenas 52 – pode estar influenciando no resultado. Uma das hipóteses da análise fatorial   que existiriam pelo menos 2 tipos de favelas em rela o   ocupa o dos moradores: uma mais proletária, com maioria de operários da indústria de transforma o, e uma outra mais ligada ao subproletariado e aos serviços. Essa hipótese não se verificou. As favelas, pelo menos em rela o às categorias socioocupacionais, parecem ser espaços bastante homog neos.

Em rela o ao proletariado secundário, percebe-se maior propor o de chefes ocupados em favelas localizadas no anel periférico (46,85% dos chefes desse anel) e uma visível diminui o no anel interior (16,91% dos chefes do anel). No anel interior a propor o de proletariado terciário era 47,21%, enquanto que no periférico alcançava 56,41%. Nessa categoria, a diferença entre os dois anéis não era grande.

Concluindo, os favelados trabalham em propor o semelhante aos não favelados, mas:

- entre os seus desocupados, há mais desempregados do que aposentados e pensionistas, quando se compara com a situa o dos desocupados municipais;
- a propor o de domésticos   nitidamente superior do que na popula o total, dentro da categoria subproletariado;
- não há diferença entre trabalhadores por conta própria na favela e na popula o total;
- tanto entre favelados como entre não favelados, o percentual dominante   de empregados do setor privado;
- a propor o de empregados favelados com carteira de trabalho   equivalente (63%)   de não favelados (62%).

Considerações finais

1) A própria definição de favela do IBGE, que considera e computa apenas os aglomerados com “no mínimo 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e carentes, na sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE – Base Operacional, Manual de delimitação de setores e zonas de trabalho GR-7.01) trouxe indeterminação à estimativa do fenômeno. Mas, mesmo quando se tenta corrigir um dos prováveis erros, resulta inexplicável o diferencial em 1991, de quase 40% entre as estimativas IBGE corrigida e Sehab/Fipe, quando comparada à de 7% em 1980.

2) A variável que identifica o aglomerado “subnormal” no formulário do Censo 2000 não consta mais. Aliás, tanto no questionário da amostra como da não amostra, a parte referente ao domicílio foi extremamente simplificada, com perda de dados importantes. O desaparecimento de quaisquer referências a materiais de construção torna impossível a quantificação dos domicílios rústicos, desconsiderando série histórica essencial para a determinação de metas quantitativas da política habitacional. No conceito de déficit habitacional entram moradias rústicas, improvisadas e moradias com mais de uma família convivente. No Censo 2000 aparece a questão do improvisado e é possível saber a existência de famílias conviventes. Mas, sem materiais, não dá para saber os rústicos – domicílios em cuja construção há predominância de material improvisado (taipa não revestida, madeira aproveitada, vasilhame, palha, sapé, adobe e similares). Assim, fica dificultado o dimensionamento do déficit de moradias. E os dados de favela que, mesmo de forma deficiente, permitiam pelo menos verificar a evolução do fenômeno, foram também prejudicados.

3) Uma pergunta era recorrente: como estão e como ficariam as faveladas com posse regularizada? A definição do IBGE incluía nessa categoria favelas regularizadas em “período recente”. Dez anos? Pela definição, favelas em terras legalizadas deixam de ser favelas, mesmo que fisicamente carreguem as marcas da irregularidade: ruas mais estreitas, coeficientes de aproveitamento dos lotes mais altos, lotes menores, etc.

4) “Neste artigo, o que se buscou foi retratar uma realidade em números, o que encontra sua justificativa no esforço de trazer a público um conjunto de dados sobre o universo das favelas. Muito se fala a respeito dessa realidade, na maioria das vezes a partir do senso comum, experiências de vida ou reportagens sobre o assunto, sendo menos comuns os levantamentos estatísticos a ela referentes” (Guimarães, 2000, p. 372).

- Uma das primeiras coisas que os números indicam é a existência de um processo de crescimento das favelas – a população favelada tem crescido, desde 1980, a taxas maiores do que a população municipal. No período entre 1980 e 1996, a população favelada cresceu a uma taxa anual de 5,14% e a população municipal a 0,92%.

- As favelas alocam-se, preferencialmente, na periferia, e sua taxa de crescimento   também maior na periferia. Entre 1991 e 1996, quando o incremento favelado era de 1% anual, o do anel periférico foi de 3,06%; no aumento de 30 mil domicílios favelados no período, 93% deram-se na periferia. A popula o de favelados na popula o municipal alcançou 6,37% em 1996, mas, no anel periférico, chegou a quase 10% (9,73%). Em alguns distritos   elevada, como em Vila Andrade, onde ultrapassou 40%.
- A razo de masculinidade   maior na popula o favelada do que na total – ou seja, a propor o de homens   maior em rela o   popula o municipal –, e a popula o favelada   mais jovem; uma especificidade da popula o favelada   sua propor o de não brancos (53% de pretos + pardos; esse percentual, para o município de São Paulo, não atingia 30%).
- Embora os favelados sejam não naturais, oriundos sobretudo do Nordeste, não são migrantes recentes. Apenas 81 mil chegaram   capital após 1986 (11,38% do total dos migrantes) e 8,56% dos favelados não residiam em São Paulo em setembro de 1991. A rela o direta favela-migra o não se sustenta.
- Como perfil socioeconmico, a popula o favelada paulistana apresenta certa especificidade: sua taxa de analfabetos   maior – 26% da popula o favelada e 10% da municipal – sua renda   muito mais baixa – renda média de 1,97% salários mínimos em 1991, quando a renda municipal era de 4,49. A estrutura, tanto dos desocupados como dos ocupados,   distinta: são raros aposentados, pensionistas ou pessoas que vivem de rendas na favela. Os desocupados favelados, em geral, estão desempregados. Entre os ocupados, o percentual de domésticos, empregados ou por conta própria   superior ao da popula o como um todo. Os favelados são majoritariamente empregados do setor privado, com carteira de trabalho. A compara o da estrutura de categorias socioocupacionais entre chefes favelados e chefes totais mostrou dominância, entre os favelados, de proletários e subproletrios.
- Parece não existir grande especificidade populacional entre as distintas áreas faveladas. As favelas diferem quanto ao grau de estrutura o, ao melhoramentos, às condi oes sanitárias, etc. Mas há indica oes de grande semelhança entre sua popula o em rela o às categorias socioocupacionais, renda, escolaridade, faixa etária e cor. A popula o favelada   mais pobre, menos escolarizada, com maior propor o de subproletrios, não brancos e jovens do que a popula o como um todo.

Notas

*O título deste trabalho foi inspirado no livro da Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) “Censos, Consensos e contra-censos”, oriundo do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos, Ouro Preto, junho de 1984.

Este paper integra o conjunto de pesquisas “ MetrÓpole, desigualdades socioespaciais e governança urbana”, que analisa comparativamente as metrÓpoles Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, sob a coordenação nacional de Luiz César de Queiroz Ribeiro.

1. Segundo definição da Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Referências bibliográficas

FINEP – GAP (1985). *Inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, A. P. (1953). As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 14, n. 51, pp. 250-278, jul/set.

GUIMARÃES, B. M. (2000). “As vilas – favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números”. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (org.). *O futuro das metrÓpoles*. Rio de Janeiro, Revam.

LEEDS, A. e LEEDS, E. (1978). *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.

QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (org.) (2000). *O futuro das metrÓpoles*. Rio de Janeiro, Revam.

PARISSE, L. (1969). Favelas do Rio de Janeiro – evolução, sentido. *Cadernos do CENPHA 5*. Rio de Janeiro, Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais.

PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. (2000). *Favela, favelas: unidade ou diversidade na favela carioca*. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (org.). *O futuro das metrÓpoles*, Rio de Janeiro, Revam.

SUTTLES, G. (1971). *The social order of slum*. Chicago, University of Chicago Press.

TASCHNER, S. P. (1982). *Moradia da pobreza: habitação sem saúde*. Tese de doutorado, São Paulo, FSP/USP

TASCHNER, S. P. e BÓGUS, L. M. M. (2000). *A cidade dos anéis*. In: QUEIROZ RIBEIRO; L. C. (2000). *O futuro das metrÓpoles*. Rio de Janeiro, Revam.

VELHO, G. (1975). *A utopia urbana*. Rio de Janeiro, Zahar.

ZALUAR, A. (1998). “Crime, medo e política”. In: ZALUAR, A. e ALVITO, M. (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

